



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Deputado Alexandre Quintanilha

**Assunto: Requerimento para audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica sobre a situação atual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia**

São conhecidos os atrasos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no envio dos contratos aos candidatos a quem foi atribuída bolsa no concurso de 2016, situação que vem no seguimento do atraso que se registou na divulgação dos resultados.

Existirão casos de bolseiros que, tendo iniciado o plano de trabalhos em outubro de 2016, apenas puderam assinar o respetivo contrato em abril de 2017, começando a receber o devido pagamento em junho. Tendo em conta que, durante este período, os bolseiros não puderam aceder a qualquer outra forma de obtenção de rendimentos por aplicação do regime de exclusividade previsto no Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) logo a partir do dia em que se inicia o plano de trabalhos, é de assinalar que há pessoas que ficaram durante oito meses sem quaisquer meios de subsistência. Haverá casos de bolseiros que não começaram ainda a receber os pagamentos em causa.

Estes atrasos não são novos e têm vindo a repetir-se ano após ano, pela mão de sucessivos governos. É urgente que haja um esclarecimento cabal por parte da tutela relativamente à implementação de uma solução que responda à necessidade de existência de condições de trabalho dignas para os investigadores e que garanta que não voltem a ocorrer atrasos nem grandes dilações entre o início do plano de trabalhos e a efetivação dos pagamentos.

Aparentemente, a FCT (ou, mais exatamente, os seus dirigentes) tem estado mais “preocupada” com o despedimento de dois Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia que nela exerciam funções em vez de resolver os vários problemas do âmbito das competências que lhe estão adstritas e que carecem de medidas urgentes.

Esta é também uma das matérias que consideramos ser fundamental conhecer a posição da tutela e da ABIC, uma vez que o despedimento destes bolseiros não está inteiramente justificado. Aliás, o PCP aguarda ainda resposta à pergunta 4195/XIII/2.ª, a primeira a ser enviada ao Governo sobre esta matéria em 10 de maio de 2017 e que, volvidos quase dois meses, continua sem resposta.



## PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

### Grupo Parlamentar

O PCP considera que a tutela, como responsável último da política setorial, tem de pronunciar sobre estes despedimentos e sobre a disponibilidade eventualmente existente no sentido de anular a ordem de cancelamento dos contratos de bolsa dos dois bolsiros agora despedidos de modo unilateral por parte da FCT. Consideramos ainda fundamental que exista uma clarificação sobre o entendimento da tutela relativamente ao exercício do regime de exclusividade, designadamente, quanto à participação de bolsiros em atividades não remuneradas, bem como quanto à definição e procedimentos em casos de eventual conflito de interesses.

Assim, nos termos regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP vem, por este meio, apresentar o requerimento para a audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Associação dos Bolsiros de Investigação Científica sobre a situação atual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em sede da 8.ª Comissão.

Palácio de S. Bento, 2 de julho de 2017

Os deputados,